

Problemática	
Fraquezas/ameaças	<p>Verifica-se a existência de falta de recursos, nomeadamente autonomia financeira, assim como a falta de iniciativa por parte das mulheres para sair da situação. No entanto, a falta de uma rede de respostas, por exemplo, o facto de não haver um Centro de Acolhimento Temporário ou Comunidade de Inserção, constitui uma dificuldade acrescida.</p> <p>A existência de uma cultura de domínio masculino, a atitude de submissão da mulher por influência cultural e religiosa, o alcoolismo e o desemprego são factores determinantes no contexto das vítimas.</p> <p>Segundo o Conselho da Europa, a violência contra as mulheres no espaço doméstico é a maior causa de morte e invalidez (directa e indirecta) entre as mulheres dos 14-44 anos, ultrapassando o cancro e acidentes de viação, com consequências sociais muito graves.</p>



Desafios	
Forças/oportunidades	<p>Ao longo dos últimos anos tem havido um aumento do conhecimento e consciência das vítimas face ao problema vivido, o que corresponde a uma crescente necessidade de valorização pessoal e procura de oportunidades para encontrar novas formas de realização dos seus projectos de vida. Este processo tem sido realizado com o acompanhamento pontual dos técnicos locais, havendo também um gabinete de atendimento no posto da GNR e PSP com esta finalidade e acções que promovem o acesso ao trabalho através da formação profissional. É de ter em linha de conta que a legislação está mais favorável (Medidas de Combate – Projecto de resolução n.º 67/IX; Resolução n.º 48 104, 20 de Dezembro de 1993), havendo uma melhor preparação dos serviços e das autoridades policiais, assim como da (APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Linha Verde 800 2002148 e 112).</p> <p>Há ainda a registar: o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2003-2006 (prevê uma rede nacional de casas de apoio para vítimas de violência doméstica de acordo com o estabelecido na Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 323/00, de 19 de Dezembro, entre outras medidas) e o Programa DAPHNE (acção comunitária de medidas de prevenção e combate à violência contra as mulheres).</p>

Problemática	
Fraquezas/ameaças	<p>Existe desmotivação e acomodação aos problemas e uma carência de valores e de condições para desenvolver competências.</p> <p>O olhar estigmatizante da sociedade face a estas famílias, pode contribuir para situações que podem ser traumáticas e bloqueadoras de desenvolvimento, para além da dificuldade de acesso aos serviços e destes conseguirem dar respostas adequadas à situação.</p>



2. Famílias multiproblemáticas e multidisfuncionais

Desafios	
Forças/opportunidades	<p>Existência de laços dentro da família apesar dos problemas, e também de adultos de referência positiva que podem ou não ser familiares e o próprio desenvolvimento da capacidade de sobrevivência que promove a flexibilidade e alguma criatividade perante os contextos desfavoráveis.</p> <p>A possibilidade de promover mais processos de articulação entre os serviços e as entidades na equação de problemas e no desenvolvimento de processos de acompanhamento, perspectivando a criação de um Gabinete de Mediação Familiar.</p>

Problemática	
Fraquezas/ameaças	<p>Existe divulgação e sensibilização insuficientes relativamente às famílias de acolhimento e das amas, tal como há carência de actividades regulares como base de apoio no acompanhamento à família, nomeadamente a falta de mecanismos eficazes para penalizar o autor da agressão. Por sua vez, a falta de competências e de conhecimento dos pais, as dificuldades económicas do agregado familiar e o isolamento em alguns casos, como são o exemplo dos Casais de Folgosinho e de outras quintas dispersas pelo concelho, também são problemas a considerar. Em situações de emergência verifica-se que existe sobrelotação das estruturas de acolhimento e que as crianças que são retiradas perdem os laços com a família e com a identidade das origens.</p>



Desafios	
Forças/opportunidades	<p>No concelho existem as equipas interdisciplinares: a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, a Equipa de Intervenção Precoce e a Equipa Interdisciplinar de Problemas da Criança. Também há acompanhamento psicológico a algumas famílias e instituições de acolhimento na região. Tem acontecido nos últimos anos uma sensibilização da comunidade em geral para estas questões. Ao nível de programas temos: “Ser Criança” (Decreto-Lei n.º 314/94, de 23 de Dezembro), Programa – Nascer Cidadão, Centros de Apoio à Vida (art. 85.º, n.º 3, da Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro – Lei de Bases da Segurança social), Programa DAPHNE (acção comunitária de medidas de prevenção e combate à violência contra as crianças).</p>

Fraquezas/ameaças	Problemática
	<p>Existe dificuldade de articulação entre técnicos dos diferentes serviços, por um lado, e as respostas e recursos são insuficientes e inadequados ao acompanhamento específico a pessoas em situação de exclusão (deficiência, toxicodependência, etc.), por outro; acresce ainda a descontinuidade do trabalho realizado pelos mesmos técnicos.</p> <p>É de evidenciar que se tem constatado o agravamento da pobreza e exclusão social nos últimos anos.</p>



Forças/opportunidades	Desafios
	<p>Apesar das dificuldades e insuficiências tem sido realizado muito trabalho em parceria no concelho, quer através da reorganização na articulação entre técnicos e serviços vários, com a possibilidade de envolvimento dos técnicos das IPSS, das paróquias e comunidade em geral no acompanhamento de pessoas excluídas. Como exemplos de respostas efectuadas temos a Cáritas local a situações de emergência social, a ABPG – Associação de Beneficência Popular de Gouveia (CAO – Centro de Actividades Ocupacionais; Residencial; Empresa de Inserção), existência de IPSS em 21 freguesias do concelho (com excepção de Mangualde da Serra), o Cartão Social do Município (beneficiários do RSI, aposentados e desempregados), o Fundo de Emergência Social, o PNAI (Plano Nacional de Apoio à Inclusão), os Programas Emprego do IEFP (PIE – Programa Inserção e Emprego, Empresas de Inserção, Emprego Protegido), diversos programas de apoio (“Ser Criança”, “PROGRIDE”, Acesso), Programa FAINA (fundo de apoio à inserção de novas actividades), POEFDS (Eixo 5: Promoção e Desenvolvimento Social), Acção Social da Segurança Social (realiza-se através da concessão de prestações pecuniárias de carácter eventual ou em espécies), acesso à Rede Nacional de Serviços e Equipamentos Sociais; apoio a programas de combate à pobreza, marginalização e exclusão social e ajudas técnicas a pessoas dependentes, PAIPs (Programa de Apoio à Iniciativa Privada), RSI (Rendimento Social de Inserção), Movimento de CERCIs em Portugal, e as comunidades de inserção.</p>